

Relacionamento conjugal e o fenômeno da violência doméstica: um estudo de caso

*Miriam Sansoni Torossian**

*Maria Geralda Viana Heleno***

*Marília Martins Vizotto****

Resumo

O objetivo do presente artigo é discutir a violência doméstica como reflexo da natureza das relações estabelecidas pelo casal. Parte-se do pressuposto que os relacionamentos conjugais implicam numa parceria e que a violência pode, muitas vezes, fazer parte dela e ser aceita pelos cônjuges. Foi analisado um atendimento realizado em uma delegacia de defesa da mulher que ilustra o jogo de identificações projetivas atuantes num casal e que impediu, inclusive, o sucesso da intervenção, que passa a ser considerada “ameaçadora” ao contrato estabelecido entre os cônjuges.

Palavras-chave: Relacionamento conjugal, delegacia de defesa da mulher, violência doméstica, identificação projetiva.

The relationships established by the couple and the domestic violence phenomenon: a case study

Abstract

The objective of this article is to discuss domestic violence as a reflex of the relationships established by the couple. These relationships imply in a partnership and violence can happen several times and be accepted by the couple. One case registered at a police station specialized in violence against women was analyzed. It showed that the projective identifications of the couple prevented the success of the psychological assistance, considered by the couple as a threat to their deal.

Keywords: Couple relationships; police station for female protection; domestic violence; projective identification.

Las relaciones matrimoniales y el fenómeno de la violencia domestica: un estudio de caso

Resumen

El objetivo de este artículo es discutir la violencia doméstica como un reflejo de la naturaleza de las relaciones establecidas por la pareja. El punto de partida es la presuposición de que las relaciones matrimoniales implican en un contrato de compañeros y que la violencia puede muchas veces ser parte de el y ser aceptada por los cónyuges. Se analizó un tratamiento realizado en una comisaría de policía especializada en defensa de la mujer que ilustra el juego de identificaciones proyectivas en acción en una pareja y que incluso impidió el suceso de la intervención que pasó a ser considerada una amenaza al contrato establecido entre los cónyuges.

Palabras-clave: Relaciones matrimoniales, comisaría de defensa de la mujer, violencia doméstica, identificación proyectiva.

* Psicóloga formada pela Universidade Metodista de São Paulo

** Professora Doutora do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Saúde e supervisora de estágio em Psicologia Comunitária e da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo.

***Professora Doutora do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Saúde.

O psicólogo é um profissional da saúde e como tal deve avaliar o homem sob uma perspectiva biopsicossocial. Nessa perspectiva, seu trabalho deve visar não somente a cura ou a prevenção da doença, mas também a promoção da saúde. Enquanto agente comprometido com este paradigma, o psicólogo psicohigienista (Simon, 1989), amplia seu campo de atuação e encontra uma gama de possibilidades para a prestação de seus serviços (Bleger, 1984).

Mas, é na comunidade e para ela que se dirige o seu foco. Considerando-se, pois, a importância da atuação do psicólogo frente à comunidade com vistas à prevenção e promoção da saúde, sua inserção numa instituição como a delegacia de defesa da mulher é fundamental para conduzir trabalhos preventivos, promotores e multiprofissionais.

Para esse mister, todavia, deverá o psicólogo superar o viés do atendimento individual e clínico, com vistas efetivas a compreender o fenômeno em seu caráter mais abrangente – olhar o ser humano inserido num contexto sócio-político-histórico-cultural, influenciando e sendo por ele influenciado. Efetivamente, no trabalho realizado na delegacia de defesa da mulher, o psicólogo encontra-se diante dessa confluência de fenômenos, que devem ser adequadamente conhecidos e manejados, posto que permeiam as relações, mas não se pode partir de qualquer “apriorismo”, qualquer idéia pré-concebida, pois se corre o risco de estereotipar e perder-se o humano em sua idiosincrasia.

Assim posto, o psicólogo parte, como diz Saramago (2006), para uma ilha desconhecida levando sua ignorância e curiosidade e somente após adentrar a ilha, pode planejar algumas estratégias. Ainda que possua o material necessário que lhe garanta o manejo de algumas variáveis, precisará aventurar-se, dispor-se a riscos, dar-se ao conhecimento. Para tanto, é imprescindível que (re)conheça seus próprios conflitos, de tal sorte que mantenha certa neutralidade e não distorça a percepção do fenômeno (Rodríguez & Vizzotto, 1999).

Ora, entendendo-se, pois, que o trabalho deve visar, sobretudo o social, sem estereótipos e apriorismos, revela-se de fundamental importância, na especificidade do trabalho na delegacia de defesa da mulher, focar as relações, como foram construídas e qual a função da violência nessa construção.

A violência doméstica tem muitas vezes apenas o foco na violência de gênero, cujos resultados acabam, de certa forma, culpabilizando o homem. Efetivamente, no que diz respeito à violência doméstica, a mulher tem

sido a vítima preferencial. No entanto, tais resultados, se por um lado permitiram que a violência, antes adstrita ao âmbito privado, viesse a se tornar pública, por outro, propiciaram que, pelo viés da vitimização, se instituisse uma forte identificação entre as mulheres.

Cabral (1999) fazendo uma revisão da literatura sobre violência conjugal contra a mulher conclui, a partir da análise de vários artigos, que há muitas dificuldades para se por em prática medidas preventivas, relacionadas não apenas aos problemas da eficiência dos serviços e programas, mas principalmente às pessoas envolvidas nos conflitos.

Fato é que a grande maioria das produções com enfoque na violência doméstica, particularmente a conjugal, ainda conta com pouca participação masculina como participantes de pesquisa e as análises dos estudos não consideram a importância dos aspectos relacionais no fenômeno da violência (Alvim & Souza, 2005).

Se partirmos da premissa de que os relacionamentos conjugais violentos são muito complexos, urge a necessidade de desenvolver pesquisas enfocando a perspectiva relacional, ou seja, a perspectiva de que a violência doméstica também reflete a natureza das relações estabelecidas pelo casal, pois o conflito familiar se estrutura gradativamente a partir das experiências relacionais. Na maioria das vezes, segundo Pinto e Guedes (2001), trata-se de um conjunto de fatores como desinteresse pelo outro, descuidos constantes, traições e a constatação de que o modelo idealizado e vivido não pôde ser realizado. Este somatório de fatores gera frustração e a impossibilidade de realização pessoal e do par.

Neste contexto, é necessário que o foco recaia na construção dos relacionamentos, bem como no papel exercido pela violência e seus efeitos sobre o casamento/namoro e sobre os diversos aspectos da vida dos atores envolvidos (Alvim & Souza, 2005).

Os relacionamentos conjugais implicam numa parceria e a violência, muitas vezes, pode, ainda que de uma forma perversa, ser um modo de comunicação entre os parceiros. Destaca-se, pois, a importância de se trabalhar os aspectos relacionais, sob pena de se perpetuar os preconceitos e discriminações típicas da hegemonia masculina.

Há que se destacar que na emergência dos conflitos, particularmente da violência, há um sofrimento direto entre todos os envolvidos. De acordo com Mustzkat (2003) a violência doméstica traz a destruição gradativa na família dos sentimentos de amparo e amor, fundamentais para a formação do indivíduo.

Uma vez que o objetivo do atendimento psicológico na delegacia de defesa da mulher é, precipuamente, levar a prevenção e a promoção de saúde para a comunidade, bem como ajudar as famílias a dirimirem conflitos, entende-se que ouvir apenas a mulher (prática tradicional numa delegacia de defesa da mulher), seja uma intervenção insatisfatória. Estereótipos dão conta de que a mulher é sempre vítima e o homem sempre agressor. Ora, partindo-se do princípio de que os relacionamentos conjugais, bem como os conflitos deles decorrentes, se constroem em parceria (Gregori, 1993) e vale aqui enfatizar o interjogo de identificações projetivas presente entre o casal é de fundamental importância abrir espaço para que o homem também seja ouvido, que se possa assegurar uma escuta voltada para os problemas de ordem emocional que o acometem.

Efetivamente, a partir de diversos plantões psicológicos realizados na delegacia de defesa da mulher de Diadema, pode-se constatar que ouvir apenas a mulher em detrimento do homem, era uma maneira de aceitar a ideologia vigente, desconsiderando a mulher como constituinte da própria situação. Desta forma, passou-se a convocar os homens para entrevistas individuais, num primeiro momento e num segundo, juntamente com suas companheiras, a fim de buscar compreender o fenômeno da violência a partir das relações interpessoais.

Analisar este vértice da violência doméstica não exclui a importância de considerar que as condições de vida de determinada população estão, conforme afirma Cruz e Moreira (1999), ligadas às políticas públicas realizadas pelo Estado. Ao contrário, a partir destas realizações como é o caso das delegacias de defesa da mulher e de iniciativas das instituições de ensino como é o caso da Universidade Metodista de São Paulo, pode-se ampliar ou aprofundar o olhar sobre o fenômeno da violência doméstica.

Trata de um estudo de caso que utilizou uma metodologia baseada na observação qualitativa e na descrição dos fenômenos relativos à dinâmica de um casal em situação de violência doméstica. O objetivo deste estudo foi discutir alguns aspectos da dinâmica das relações conjugais e o papel da violência nelas inserido.

Um homem (40 anos) compareceu à delegacia de defesa da mulher em resposta à convocação. Sua esposa havia dado queixa de agressão física por ele perpetrada. Segundo ele, esta situação é recorrente e tanto ele quanto ela são dependentes químicos: *“Quando tem bagulho em casa ela usa... se não tem ela segura”* (sic). Afirmou que estava em tratamento psiquiátrico e psicológico em uma instituição da região. O atendimento ocorreu em função de encaminhamento da

assistente social de um hospital em que trabalhara por três anos. Está afastado do trabalho e empenhado em tentar se manter afastado das drogas. Porém, de tempos em tempos costuma ter recaídas. Nesta última, consumiu maconha, cocaína, crack e álcool e ao chegar em casa extremamente alterado, bateu em sua esposa.

Ele informou que está casado há sete anos com esta parceira e que têm dois filhos: um menino de cinco e uma menina de quatro anos de idade. Informou, também, que no último episódio de violência em que agrediu a esposa, o qual resultou em um dos muitos boletins de ocorrência (B.O.) já registrados, ela estava rasgando os papéis referentes à pensão que ele pagava à mãe de seus outros três filhos; ele se irritou e acabou por agredi-la. Segundo ele, após esta última discussão eles já estão se acertando, pois se gostam muito. Enfatizou que não há relações sexuais: *“só uns beijinhos”* (sic).

Na segunda entrevista em que ele e sua esposa (33 anos) compareceram, esta claramente pontuou que o B.O. *“é uma maneira de segurar ele, é um freio... não resolve nada, nunca resolveu... nenhum dos outros B.O. resolveu, mas pelo menos por um tempo ele fica melhor... esses dias ele tá ótimo... até janeiro, que foi marcada a audiência, ele vai tá ótimo”*. Considerou, ainda, que o marido *“é um freio na minha vida... graças a ele, eu assumi todas as responsabilidades... Minha irmã sempre comenta que se não fosse ele... eu tava morta”* (sic).

Na entrevista seguinte, a esposa ratificou: *“É isso mesmo... você disse outro dia que um segura a loucura do outro, e é isso mesmo... quando ele cai, eu me ergo, quando eu caio, entro na loucura, ele se ergue... a minha fraqueza é química... o álcool pra mim não faz efeito... é o contrário pra ele – a fraqueza dele é o álcool... então eu sei que ter a cerveja em casa é muito difícil pra ele... na semana passada eu fiz de propósito, pra ele sentir como é duro resistir... e olha, eu dou os parabéns pra ele, porque ele aguentou firme... eu não tenho toda essa força”* (sic).

Parece bastante evidente que há entre este casal um conluio que fortalece a organização patológica. É um par “perfeito” para a manutenção da doença. *“Inconscientemente, é estabelecido um equilíbrio, através do qual os parceiros complementam a relação objeto patogênica”* (Kernberg, 1995, p. 80). A complementaridade, aliás, é manifesta na própria rotina do casal: quando o marido tem violentas explosões agressivas, a esposa contém sua própria agressividade; uma vez que ele tenha saído da crise, ela assume este caráter agressivo e usa, principalmente, da violência dita “psicológica”: a agressão não física, a exposição pública, pois ainda nesta entrevista, diante da hipótese de ele vir a ficar com a guarda do filho oriundo de sua relação anterior, ela se manifestou dizendo: *“ficar com o*

menino jamais... primeiro porque você jamais vai conseguir, você não tem condições, você não pode, você é um paciente psiquiátrico, toma remédio controlado". Em continuidade, disse: *"eu tenho certeza que vai acabar sobrando pra mim... chega final de semana, ele sai cedo de casa e passa o dia jogando... de um vício pra outro"* (sic). Em nosso último encontro, o caráter agressivo da esposa emergiu em toda a sua plenitude. Durante o atendimento, por várias vezes, ela gritou e esmurrou a mesa; contratransferencialmente, senti-me impotente, até mesmo intimidada, o que, imagino, aconteça com o próprio marido.

Houve momentos em que o homem agressivo cedia lugar ao garotinho doente e ela então assumia o cuidado maternal: *"eu não vou negar nada pra ele... eu não vou fechar a porta pra ele, se ele precisar"*; *"aconteceu dele estar bebendo escondido... e eu continuava dando o remédio pra ele pela manhã... quando eu percebi que ele tava bebendo, eu fiquei louca... e quebrei tudo"* (sic). Tal discurso reflete, conforme propõe Kernberg (1995, p. 81), a "união na loucura".

Ao que tudo indica, o marido é compelido pela esposa a assumir partes destrutivas dela. Desse modo ele representa um aspecto que ela só pode reprimir com sucesso e negar em si mesma se o impuser, até certo ponto, ao marido. Ela diz *"quando ele cai, eu me ergo"*. Partes do ego são dissociadas, cindidas e através da identificação projetiva patológica induzem o parceiro a assumir determinado papel que não necessariamente corresponde à psicopatologia dele (Kernberg, 1995).

Vale ressaltar que é o terceiro casamento dele. Tal como a esposa atual, as outras também têm histórico de dependência química/alcoólica. Ele disse que numa de suas visitas a um de seus filhos, teve uma "recaída" e ficou com a ex-mulher. Assim, para ele a relação com os objetos que lhe dão prazer representa uma "droga". Este tipo de relação objetual sugere que inconscientemente ele é compelido a repetir relações objetais patogênicas (Horst, 1996).

No que diz respeito ao histórico familiar do marido, todos os irmãos são alcoólatras, assim como sua mãe. Ele lembrou que aos cinco anos *"me deram um porre de vinho... um irmão e um primo meu... dizem que eu passei muito mal, vomitei muito"* (sic). A esposa também apresenta o mesmo contexto. Segundo ela, na família, todos são *"cachaceiros"*. O lema em sua casa sempre foi: *"viver bem, comer bem, beber bem; todos gostam de um bom forró, uma churrascada e uma cerveja"*. Seu pai era alcoólatra. Até os 60 anos *"chumbava uma cervejinha"*; era extremamente agressivo, batia muito na mulher e nos filhos e usava, para tanto, *"fio de ferro de passar roupa"*. A mãe nunca bebeu. Era funcionária

pública (gari): *"cansou de apanhar, de andar pelada, de passar fome... lá em casa a gente só comia carne, quando matava a galinha do vizinho"* (sic). Partindo do pressuposto de que as relações objetais no presente estão fundamentadas nas primitivas relações de objeto, parece que temos uma situação de repetição numa tentativa de resolução dos conflitos, que segundo Costa & Katz (1992) nem sempre são bem sucedidas. Parece não restar dúvida que, efetivamente, tanto o marido quanto a esposa estão repetindo a sua experiência infantil, sem, contudo, resolver o passado dado à atmosfera hostil que impregna a relação, estruturando-a num nível patológico, cuja tendência é um empobrecimento afetivo do casal.

No último atendimento, ficou patente que o marido é o porta-voz das ansiedades da família. Tivemos tão somente quatro encontros, pois o casal, ainda que instado a retornar, devido a eclosão conflituosa do último atendimento, não mais voltou. Penso que este grupo familiar *"diante da necessidade de se modificar para se adaptar a novas situações e incorporar novas experiências, resiste, e constrói entraves para garantir o status quo"* (Yamamoto, 2006, p.26).

A esposa dissera em vários momentos que ele *"continha sua loucura"*; que *"quando ele se erguia, ela caía"*. Ora, o atendimento psicológico oferecido na delegacia de defesa da mulher, enquanto possibilidade de tratamento contraria o desejo de ambos que, inconscientemente, *"querem preservar e manter imutável a união familiar por meio da não diferenciação de seus membros"* (Yamamoto, 2006, p.26). A mudança nesta família poderia ativar o núcleo psicótico nela contido, no qual estão depositados os aspectos infantis e primitivos dos seus membros. Entendemos que uma das últimas falas da esposa elucidada claramente: *"eu preferia você bêbado, porque pelo menos bêbado você me nota..."*; ao que o marido respondeu: *"Você não quer que eu pare de beber... que eu me cure..."* (sic).

Considerações finais

Entendemos que o caso apresentado clarifica o quanto o "doente" e sua família *"estão inexoravelmente interligados entre si, envolvidos em um processo contínuo e recíproco de causa e efeito"* (Yamamoto, 2006, p.26). Também provoca a questão sobre quem, afinal, é doente.

Efetivamente, a problemática trazida já se arrasta por anos: são idas e vindas constantes, relações perversas, conluios inconscientes, uma complementaridade patológica cuja possibilidade de mudança é ameaçadora, pois, a mudança traz consigo o medo de perder o que já existe e é conhecido, mesmo sendo "ruim".

A delegacia de defesa da mulher passa a representar

uma porta de entrada para as mulheres que procuram, em figuras de autoridade, a proteção idealizada. A queixa e o boletim de ocorrência representam um instrumento que lhes possibilita, ainda que temporariamente, o retorno do equilíbrio rompido.

O que a lei ratifica, ainda que indiretamente, é que o homem agressor é o único responsável pelos conflitos conjugais; assim, ao afastá-lo do círculo familiar, todos os problemas estão resolvidos. Entretanto, essa visão não parece ser verdadeira, pois, como no caso apresentado, foi possível detectar que a violência que permeia a relação do casal, efetivamente, muitas vezes é uma forma de comunicação, ainda que muito perversa; que não há vítimas nem tampouco culpados, mas companheiros que se complementam em suas patologias.

Diante do vivido nesta instituição, penso que as parcerias são fundamentais, ou seja, o trabalho multiprofissional pode ampliar o olhar sobre o fenômeno, sem reduzi-lo a um simples boletim de ocorrência, cujo resultado é a dicotomia: agressor / vítima. Chamo, então, Bleger (1984) à discussão, para observar que uma vez encetada a proposta da psicohigiene, as relações humanas podem ser melhoradas, bem como a qualidade de vida dos sujeitos. Fato que pode ter como consequência a diminuição na demanda por tratamento quer de ordem física, quer de ordem mental (Rodríguez & Vizzotto, 1999). Essa compreensão, incluindo o impasse no atendimento, trouxe e corroborou conhecimentos a respeito da violência doméstica e das dificuldades de se fazer intervenções eficazes. Mas, é a partir da doença e da compreensão dos processos de adoecimento que é

possível ter preocupação com a saúde (Heleno, Vizzotto & Bonfim, 2007).

Partindo desta premissa, urge um trabalho voltado para a família, pois entendemos que a violência perpassa todos os níveis de relação entre os membros que a constituem e que serão multiplicados nos núcleos familiares que posteriormente serão criados.

Referências

- Alvim, S. F. & Souza, L. (2005) Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. *Psicologia: teoria e prática*, 7(2) pp.171-206.
- Bleger, J. (1984). *Psico-higiene e psicologia institucional*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cabral, M. A. A. (1999) Prevenção da violência conjugal contra a mulher. *Ciência & Saúde Coletiva*. Vol 04 (1) pp. 183-191.
- Cruz, N. O. e Moreira, M. R. (1999) A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. *Ciência & Saúde coletiva*, vol. 04, no. 01, pp. 33-52.
- Heleno, M.G.V., Vizzotto, M.M. & Bonfim, T. (2007) Da cura à psicohigiene: a importância da compreensão da eficácia adaptativa em psicologia da saúde. Em M.M.M. Siqueira, S.N. de Jesus & V. B. de Oliveira (Orgs.) *Psicologia da Saúde: Teoria e Pesquisa*. (pp. 181-198): São Paulo/Algarve: UEMSP.
- Horst, E. R. (1996). *A Família como Paciente*. São Paulo: Martins Fontes.
- Kernberg, O. (1995). *Psicopatologia das relações amorosas*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Mustzkat, S. (2003) Novas práticas na abordagem de gênero e violência intrafamiliar. Em Mustzkat, M. E. (org.) *Mediação de conflitos: pacificando e prevenindo a violência* (pp. 179-193). São Paulo: Summus.
- Pinto, A., & Guedes, C. R. (2001). O conflito familiar na Justiça – mediação e o exercício dos papéis. *Revista do Advogado*, 62(1), 65.
- Rodríguez, A. C. R & Vizzotto, M. M. (1999) Uma experiência de plantão psicológico numa delegacia de defesa da mulher. *Psicólogo inFormação*, n. 2/3, 39-65.
- Saramago, J. (2006). *O conto da ilha desconhecida*. São Paulo: Cia. das Letras.

Recebido em 13/04/2010

Aceito para publicação em 24/05/2010